

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.907 - SP (2019/0237960-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TRANSPORTES COLETIVOS LINENSE LTDA
ADVOGADO : MIGUEL ROBERTO ROIGE LATORRE - SP091259
AGRAVADO : MARIA DE LOURDES DOS SANTOS FERREIRA
AGRAVADO : FRANCISCO LUIZ FERREIRA
ADVOGADO : GILBERTO ALVES TORRES - SP102132

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042, CPC/15), interposto por **TRANSPORTES COLETIVOS LINENSE LTDA**, em face de decisão que não admitiu recurso especial da ora insurgente.

O apelo nobre (art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF) desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 128, e-STJ):

ACIDENTE DE VEÍCULO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C. C. LUCRO CESSANTE. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

Inconformismo contra decisão que reconheceu a existência de grupo econômico e incluiu pessoa jurídica no polo passivo da demanda. Prova substancial a justificar a desconsideração reversa da personalidade jurídica. Medida que não implica limitação à ampla defesa. Recurso desprovido.

Embargos de declaração parcialmente acolhidos, tão somente para fins de prequestionamento (fls. 139/145, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 148/180, e-STJ), a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 9º, 10, 133, 134, 135, 136, 137 e 238 do CPC/15, afirmando que é imprescindível a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica para o reconhecimento da existência de grupo econômico, possibilitando o exercício do contraditório e da ampla defesa com a prévia citação da pessoa jurídica.

Aduz, ainda, que os artigos 2º, 141 e 492 do CPC/15 também restaram afrontados, pois o reconhecimento de fraude à execução não foi objeto de pedido pelos agravados.

Contrarrazões às fls. 197/228, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 277/280, e-STJ), dando ensejo ao presente agravo (fls. 283/306, e-STJ), por meio do qual a parte agravante pretende a reforma da decisão impugnada e o processamento do apelo.

Contraminuta às fls. 309/314, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão não merece prosperar.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da imprescindibilidade da instauração de

incidente de desconconsideração da personalidade jurídica na hipótese.

A respeito, extrai-se do acórdão recorrido (fls. 129/130, e-STJ):

Pois bem. Observa-se, na hipótese, que há prova substancial a justificar a desconconsideração da personalidade jurídica, uma vez que as duas empresas são de propriedade dos mesmos sócios, atuam no mesmo ramo de atividade, possuem os mesmos patronos e utilizavam os mesmos veículos.

O reconhecimento judicial da existência de grupo econômico e a desconconsideração reversa da personalidade jurídica, nestas circunstâncias, não implicam limitação à ampla defesa, que pôde e poderá ser regularmente exercida pela agravante e a TCR Transportes Coletivos Rondonópolis Ltda.

Entendimento diverso levaria a um retardamento da execução injustificável em face dos elementos já reunidos, atentando contra a efetividade processual.

Assim, deve ser mantida a r. decisão agravada, eis que deu desate correto à hipótese vertente.

Da leitura do trecho acima colacionado, observa-se que, em que pese o Tribunal de origem tenha reconhecido a existência de prova a justificar a desconconsideração da personalidade jurídica, não se pronunciou sobre a alegação de **imprescindibilidade de prévia instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica para o reconhecimento da existência de grupo econômico**, tese suscitada pela ora agravante.

Também não houve manifestação sobre o conteúdo normativo dos artigos 2º, 141 e 492 do CPC/15 e a respectiva alegação de julgamento *extra petita*.

Ademais, verifica-se que nas razões do especial, a agravante deixou de apontar eventual violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto aos temas.

Logo, o conhecimento do recurso fica inviabilizado, em razão da ausência de prequestionamento quanto às questões suscitadas no recurso.

Na hipótese, portanto, incide o teor das Súmulas 211 do STJ, a saber: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."*

Destaca-se o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] QUESTÕES NÃO DISCUTIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. O conteúdo normativo de todas as normas apontadas como violadas não foi debatido pelo Tribunal de origem, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Dessa forma, mesmo tendo sido opostos embargos de declaração, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado a violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da

manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Inafastável, nesse particular, a Súmula n. 211 desta Corte. [...] 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 740.572/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016) [grifou-se]

Cabe registrar, que esta Corte admite o prequestionamento implícito/ficto dos dispositivos tidos por violados, desde que a tese debatida no apelo nobre seja expressamente discutida no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.

Precedentes:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ATO ILÍCITO. COMPROVAÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. NÃO OCORRÊNCIA. [...] 2. É inadmissível o recurso especial se o dispositivo legal apontado como violado não fez parte do juízo firmado no acórdão recorrido e se o Tribunal a quo não emitiu juízo de valor sobre a tese defendida pela parte. Incidência das Súmulas n. 211 do STJ e 282 do STF. 3. **Há prequestionamento implícito dos dispositivos legais quando o acórdão recorrido emite juízo de valor fundamentado acerca da matéria por eles regida.** 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 332.087/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 25/08/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL. ART. 20 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...] 2. **Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos artigos tidos por violados, mas desde que a tese debatida no apelo nobre seja expressamente discutida no Tribunal de origem.** 3. Ausência de alegação de violação do art. 535 do CPC/73 a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema. [...] 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 748.582/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 13/05/2016) [grifou-se]

Inafastável, portanto, o teor da Súmula 211 do STJ.

2. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator